



A redistribuição como tratamento para a desigualdade: a cura é pior do que a doença?

26 de fevereiro de 2014

[Jonathan D. Ostry](#) e [Andrew Berg](#)

O aumento da desigualdade de renda ocupa posição de destaque na pauta de política econômica mundial, um reflexo não apenas do temor de seus perniciosos efeitos sociais e políticos (inclusive dúvidas sobre a compatibilidade da desigualdade extrema com a governança democrática), mas também de suas implicações econômicas. Incentivos positivos certamente são necessários para recompensar o trabalho e a inovação, mas é provável que a desigualdade excessiva debilite o crescimento, por exemplo, ao prejudicar o acesso à saúde e à educação, causar instabilidade política e econômica que reduz o investimento e frustrar o consenso social necessário para realizar ajustes quando ocorrem choques em grande escala.

Como é natural, os economistas têm procurado compreender melhor os vínculos entre o aumento da desigualdade e a fragilidade do crescimento econômico. Uma das narrativas recentes é como a desigualdade intensificou o ciclo de alavancagem financeira e lançou as sementes da crise; ou como fatores político-econômicos, sobretudo a influência dos ricos, permitiram o acúmulo de excessos financeiros antes da crise.

Mas qual é o papel da política econômica e, em especial, da redistribuição fiscal, na promoção da igualdade? A opinião comum parece indicar que a redistribuição, em si mesma, é prejudicial para o crescimento, mas seria lícito supor que estimule o crescimento ao promover a igualdade. Ao analisar a experiência do passado, encontramos poucos indícios de que as iniciativas típicas de redistribuição tenham, em média, algum efeito negativo no crescimento. Ademais, um crescimento mais rápido e mais duradouro parece seguir-se à correspondente redução da desigualdade.

Desvendar os efeitos da desigualdade e da redistribuição no crescimento

Em um [trabalho anterior](#), documentamos uma relação robusta de médio prazo entre igualdade e sustentabilidade do crescimento. Contudo, não tivemos muito a dizer sobre essa relação como justificativa para iniciativas de redistribuição.

Com efeito, muitos sustentam que a redistribuição prejudica o crescimento e até que as iniciativas de redistribuição destinadas a reduzir o excesso de desigualdade são a origem da correlação entre desigualdade e baixo crescimento. Se assim fosse, impostos e transferências decerto seriam o remédio errado: uma cura talvez pior do que a própria doença.

Os estudos sobre esse tema continuam polêmicos. Vários trabalhos assinalam que algumas políticas redistributivas – por exemplo, investimentos públicos em infraestrutura, gastos em saúde e educação e segurança social – podem favorecer tanto o crescimento como a igualdade. Outros acreditam que exista um conflito fundamental entre redistribuição e crescimento, segundo o argumento de Okun (1975) ao referir-se às “perdas” de eficiência que acompanham os esforços para reduzir a desigualdade.

iMFDirect blog home: <http://blog-imfdirect.imf.org/>

Em um [novo trabalho](#), perguntamos o que os dados históricos revelam acerca da relação entre desigualdade, redistribuição e crescimento. Em particular, quais são as evidências dos efeitos macroeconômicos das políticas redistributivas, tanto diretamente (no crescimento), como indiretamente (ao reduzir a desigualdade), o que, por sua vez, afeta o crescimento?

Para esclarecer essas relações, utilizamos uma nova série de dados multinacionais que distingue minuciosamente a desigualdade líquida (após os impostos e transferências) da desigualdade de mercado (antes dos impostos e transferências) e nos permite calcular as transferências redistributivas para um grande número de países (avançados e em desenvolvimento) ao longo do tempo. Analisamos o comportamento do crescimento médio durante períodos de cinco anos, assim como a sustentabilidade e duração do crescimento.

Nossas principais perguntas são empíricas. Qual a extensão desse “conflito fundamental”? Como se compara o efeito direto (e negativo, segundo Okun) da redistribuição com seu efeito indireto e aparentemente positivo mediante a redução da desigualdade?

Alguns resultados surpreendentes sobre os vínculos entre redistribuição, desigualdade e crescimento

Em *primeiro lugar*, continuamos a constatar que a desigualdade é um determinante robusto e poderoso tanto do ritmo de crescimento a médio prazo como da duração dos períodos de crescimento, mesmo mantendo constante o volume de transferências redistributivas. Portanto, continuaria a ser um erro concentrar-se no crescimento e deixar que a desigualdade se resolva por si só, até porque o crescimento daí resultante poderia ser baixo e insustentável. A desigualdade e o crescimento insustentável talvez sejam os dois lados da mesma moeda.

Em *segundo lugar*, curiosamente, os dados históricos usados em nosso trabalho oferecem poucos indícios de efeitos negativos da redistribuição fiscal no crescimento. A redistribuição média e a respectiva redução da desigualdade parecem ter uma ligação robusta com um crescimento mais elevado e duradouro. Observamos alguns sinais inconclusivos de que redistribuições em grande escala podem ter efeitos negativos na duração do crescimento, de forma que o efeito geral – inclusive o efeito positivo resultante da redução da desigualdade – é, em grande medida, neutro em termos de crescimento.

Advertências

Essas conclusões podem indicar que, de fato, os países que implementaram políticas redistributivas formularam suas ações de forma razoavelmente eficiente. Mas, é claro, isso não significa que os países interessados em ampliar o papel redistributivo da política fiscal não devam considerar o aspecto da eficiência. Trata-se de um aspecto de especial importância para países que cuja capacidade de governança e administração é fraca, onde é essencial desenvolver instrumentos tributários e de gastos que possam viabilizar uma redistribuição eficiente. Um trabalho a ser publicado em breve pelo FMI explorará esses aspectos fiscais com mais profundidade.

Naturalmente, também devemos ter cautela ao extrair conclusões definitivas em termos de política econômica com base exclusiva na análise de regressão multinacional. A história e os princípios fundamentais nos ensinam que, após um certo ponto, a redistribuição passa a ser destrutiva para o

crescimento e que, se ultrapassar um determinado nível, a igualdade extrema também deixa de promover o crescimento. Além disso, é difícil estabelecer a causalidade com total confiança. Também sabemos que os diferentes tipos de políticas podem ter efeitos diferentes em países diferentes em momentos diferentes.

Conclusão

A conclusão que emerge dos dados macroeconômicos históricos usados neste trabalho é que, em média, em diferentes países e ao longo do tempo, as medidas redistributivas típicas tomadas pelos governos não parecem ter prejudicado o crescimento. E, sem considerar questões éticas, políticas ou sociais mais amplas, a igualdade alcançada parece ter ajudado a promover um crescimento mais rápido e mais duradouro.

Em suma, encontramos poucos indícios de um “conflito fundamental” entre redistribuição e crescimento. Assim, em muitos casos, parece improvável que se justifique a inação diante de níveis elevados de desigualdade.